

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da MAPFRE Capitalização S.A., elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. As referidas Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuariais Independentes.

Recetas líquidas de títulos de capitalização

As receitas com títulos de capitalização totalizaram em 2023 R\$ 33,8 milhões com redução de 4% ou R\$ 1,3 milhão em relação ao ano anterior. A perda de parceiros e o mercado de incentivos ainda estagnado, contribuíram para essa redução.

Despesas administrativas

As despesas administrativas em 2023 totalizaram R\$ 7,4 milhões, uma redução de 13% em relação ao ano anterior, principalmente por otimização de processos e redução de custos indiretos.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 9,5 milhões, um aumento de 2% em relação ao ano anterior, impactado principalmente pelo aumento da taxa SELIC Média (efetiva) que foi superior à do ano de 2022, refletindo positivamente nos títulos pós-fixados indexados à essa taxa.

Resultado do exercício

O resultado totalizou em 2023 um lucro de R\$ 6,3 milhões, uma redução de 1% em relação ao ano de 2022, basicamente devido à redução das receitas líquidas de títulos de capitalização.

Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a MAPFRE Capitalização S.A. declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 2,9 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais dos mesmos. Tem apresentado nos últimos 5 (cinco) anos liquidez para cobertura das reservas técnicas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da MAPFRE Capitalização S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições de dividendos previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

Sustentabilidade

Em 2021, a MAPFRE traçou sua Estratégia Global de Sustentabilidade, que resultou no Plano de Sustentabilidade de 2022 a 2024, que define o seu posicionamento estratégico e os seus principais projetos e iniciativas em relação às questões ESG - Ambientais, Sociais e de Governança e de negócios para os próximos anos. O Plano contempla os compromissos globais de sustentabilidade assumidos pela Companhia, com foco nos grandes desafios enfrentados atualmente pelo mundo: as mudanças climáticas, a necessidade de uma economia mais circular, a inclusão, a educação financeira e de seguros, o envelhecimento da sociedade, os negócios e demandas sociais e os desafios de um portfólio de produtos e serviços cada vez mais sustentável, em linha com as oportunidades e ameaças de um cenário socioeconômico e climático em plena transformação.

FUNDAÇÃO MAPFRE

Por meio da Fundação MAPFRE, instituição sem fins lucrativos, a MAPFRE contribui para o desenvolvimento social com a realização de iniciativas na área de Prevenção e Segurança Viária,

Promoção da Saúde, Seguro e Previdência Social, Cultura e Ação Social.

Em 2023, os programas promovidos direcionaram esforços para melhorar as condições de vida de grupos em vulnerabilidade social, contribuindo para a redução de sinistros no trânsito, melhoria do acesso à informação, à prevenção, à inovação e à pesquisa, ampliando a diversidade cultural da sociedade, beneficiando 2.280.129 (Dois milhões, duzentos e oitenta mil e cento e vinte e nove) pessoas, tanto presencialmente quanto de forma digital.

Controles internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias, dar confiabilidade às práticas adotadas, e os resultados obtidos são informados às áreas e aos Comitês. Os testes referem-se: ao acompanhamento de novas regulamentações, aos atendimentos à fiscalização, à prevenção da lavagem de dinheiro e às fraudes, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, e alterações, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos. O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos empregados e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutária para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

A Administração reafirma o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes. Diante dos desafios da era digital das informações, além do monitoramento em relação à segurança dos dados, governança e gestão da informação robusta e fortalecida têm sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhadas à nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos motiva a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		174.646	97.499	Circulante		169.381	182.060
Disponível		7	2	Contas a pagar		9.423	10.973
Caixa e bancos		7	2	Obrigações a pagar	9	4.007	3.721
Equivalentes de caixa		48	35	Impostos e encargos sociais a recolher		1.737	2.201
Aplicações	5	168.962	89.836	Encargos trabalhistas		2.781	4.474
Outros créditos operacionais		50	316	Impostos e contribuições	10	898	577
Créditos das operações de capitalização		-	62	Débitos de operações com capitalização	11	2.319	2.094
Créditos das operações de capitalização		-	62	Débitos operacionais		2.319	2.094
Títulos e créditos a receber		5.570	7.245	Depósitos de terceiros		-	16
Títulos e créditos a receber	6	2.409	3.206	Provisões técnicas - capitalização	12	157.639	168.977
Créditos tributários e previdenciários	15b	2.475	3.442	Provisão para resgates		131.013	144.633
Outros créditos		686	597	Provisão para sorteio		25.773	23.421
Despesas antecipadas		9	3	Provisões complementar de sorteios		399	407
Ativo não circulante		28.337	110.594	Provisão para distribuição de bônus		46	57
Realizável a longo prazo		27.722	109.713	Provisão administrativa		408	459
Aplicações	5	25.622	106.391	Passivo não circulante		408	409
Títulos e créditos a receber		2.100	3.322	Outros débitos		408	409
Créditos tributários e previdenciários	17b	2.100	3.322	Provisões judiciais	14	408	409
Imobilizado		7	31	Patrimônio líquido	15	33.194	25.624
Intangível	8	584	821	Capital social		15.000	15.000
Total do ativo		202.983	208.093	Reservas de lucros		19.017	14.240
				Ajustes de avaliação patrimonial		(823)	(3.616)
				Total do passivo e patrimônio líquido		202.983	208.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

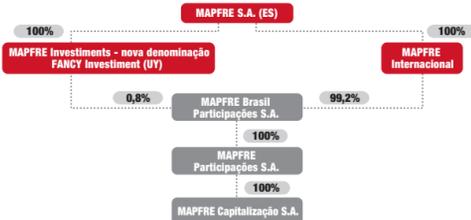
	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial (2.568)	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimento			
Saldo em 1º de janeiro de 2022	12.000	2.054	7.380	(1.048)	-	18.866
Varição líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(1.048)	-
Aumento de capital (processo nº 15414.621/1998/2022-18)	3.000	-	-	-	-	3.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.304	6.304
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	-	315	-	-	-	(315)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.498)	(1.498)
Reserva de investimento	-	-	4.491	-	-	(4.491)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.000	2.369	11.871	(3.616)	-	25.624
Varição líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	2.793	-	2.793
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.264	6.264
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	-	313	-	-	-	(313)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.487)	(1.487)
Reserva de investimento	-	-	4.464	-	-	(4.464)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.000	2.682	16.335	(823)	-	33.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Capitalização S.A., doravante designada por "Companhia", é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar na modalidade de capitalização, em todo o território nacional. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 09.382.998/0001-00. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades, com sede em Madrid, Espanha. O controlador direto da Companhia é a MAPFRE Participações S.A., e o controlador em última instância é a MAPFRE S.A. (ES). As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2023, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2024. **b) Comparabilidade:** Nos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou de forma divergente os valores de Dividendos pagos, os quais foram apresentados como caixa líquido gerado das atividades gerais sendo representados como caixa líquido das atividades de financiamento. Essas reclassificações foram feitas para adequação da origem de caixa. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa do exercício. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dos ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras é realizada de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC a partir de julgamentos, estimativas e premissas, realizadas pela Administração, as quais afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir, conforme o caso, das estimativas e premissas as quais são continuamente revistas. Com relação às estimativas contábeis estas são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em exercícios futuros. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. * **Notas 3e e 12 - Provisões técnicas;** e * **Notas 3f e 14 - Provisões judiciais.** **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. **g) Normas e interpretações ainda não adotadas:** Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas, serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros:** Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O normativo foi referendado pela SUSEP através da circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022, com vigência a partir de 2024. **Circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022:** Altera a Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, a qual dispõe sobre provisões técnicas, teste de adequação de passivos, ativos redutores, capitais de risco, constituição de banco de dados de perdas operacionais, planos de regularização, registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas, envio de informações periódicas, normas contábeis, auditoria contábil independente, exame de certificação e educação profissional continuada do auditor contábil independente, e sobre os pronunciamentos técnicos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade (IBA), será aplicável a partir de 2 de janeiro de 2024, com exceção ao artigo 2º que está em vigor desde 2 de janeiro de 2023. Conforme avaliação realizada pela Companhia, a nova circular afetará apenas os critérios de constituição da Provisão de Receitas Diferidas - PRD, novo modelo que compreende o diferimento de receitas dos títulos de capitalização gerada pela quota de carregamento dos planos. A quota de carregamento do título é um percentual do pagamento destinado aos custos de despesas com corretagem, colocação e administração do Título de Capitalização, emissão, divulgação e lucro da sociedade de capitalização. Considerando os valores observados quanto a alteração da Provisão Despesas Administrativas - PDA para PRD, estima-se um impacto negativo de aproximadamente 9% do patrimônio líquido, seguindo critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico. Com relação a reclassificação contábil dos Títulos e Valores Mobiliários da categoria "mantidos até o vencimento" para "disponíveis para venda", estima-se um impacto positivo de aproximadamente 2,1% do patrimônio líquido. Na avaliação do teste de impairment realizado nos Títulos e Valores Mobiliários da MAPFRE Capitalização, estima-se um impacto negativo de aproximadamente 0,3% do patrimônio líquido.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Informação de políticas contábeis materiais:** A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade, que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota de Políticas contábeis materiais (2022). Principais políticas contábeis: **a) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento do reconhecimento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i. Caixa e equivalentes de caixa:* Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. *ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nessa categoria os ativos financeiros, cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreendem os ativos financeiros não classificados em alguma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo sendo que as mudanças que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é contabilmente "baixado", o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício correspondente. *iv. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *v. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados com o propósito de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas na nota 5c. *vi. Recebíveis:* Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo e são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **b) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indicar que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado com contrapartida em conta redutora do ativo correspondente. Quando há reversão subsequente da perda de valor esta é registrada no resultado. A perda de valor ("redução ao valor recuperável") nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. O valor dessa reclassificação é dado pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, deduzido do valor da perda de valor recuperável, previamente reconhecida no resultado. Por sua vez, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **c) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos utilizados na condução dos negócios da Companhia, demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido pela depreciação acumulada, até a data de cada fechamento, e por perdas de redução de valor recuperável acumuladas, conforme o caso. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos para a aquisição dos itens capitalizáveis para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 7. **d) Intangível:** Compreende os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerada a viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 8. **e) Provisões técnicas:** As provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, foram elaboradas em todos os aspectos de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade - IBA e de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A Provisão Matemática para Capitalização - PMC é constituída para cada título em vigor ou suspenso e considera a parcela dos valores arrecadados para capitalização, sendo ajustada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no respectivo plano até o resgate ou cancelamento do título em conformidade com a nota técnica atuarial do plano.

Taxas e carregamento dos principais títulos

Processo Susep	Tipo	% Carregamento	Taxa % a.a.
15414.901962/2019-10	Prêmio Único	7,46	8,08
15414.901957/2019-07	Prêmio Único	7,18	6,17
15414.902004/2019-58	Prêmio Único	5,79	6,17
15414.901388/2019-19	Prêmio Único	16,46	1,94
15414.606403/2021-13	Prêmio Único	2,00	4,28
		9,92	4,28

A Provisão para Resgate - PR é constituída para cada título vencido e antecipado, cujo saldo é atualizado pelo indexador do correspondente plano de capitalização pela taxa de remuneração da caderneta de poupança - TR, desde a data do respectivo evento até a data do efetivo pagamento do valor de resgate. A Provisão para Sorteios a Realizar - PSR é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados. Seu valor é calculado pela multiplicação da cota de sorteio e valor do pagamento. A Provisão para Sorteios a Pagar - PSP é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteio e ainda não pagos. Os valores são atualizados monetariamente desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento. A Provisão Complementar de Sorteios - PCS é constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar e utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos Sorteios a Realizar. A provisão representa a diferença positiva entre o valor esperado dos sorteios a realizar e o valor da Provisão para Sorteios a Realizar - PSR. A Provisão para Distribuição de Bônus - PDB é constituída para a cobertura dos valores relativos ao pagamento de bônus previstos em contrato, calculada para cada título (cujo plano estabelece a

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Nota	2023	2022
(+) Receita líquida com títulos de capitalização		33.812	35.127
(+) Arrecadação com títulos de capitalização	16a	172.448	189.862
(+/-) Variação da provisão para resgate	16b	(138.636)	(154.735)
(+) Variação das provisões técnicas	16c	85	(14)
(+) Resultado com sorteio	16d	(16.370)	(17.290)
(-) Custo de aquisição			

★ continuação

MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; e • Gestão de capital. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades à utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrangem desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da MAPFRE estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de 3 (três) linhas de defesa, envolvendo todo o GRUPO MAPFRE Brasil incluídas empresas do conglomerado como a MAPFRE RE (SCI e EGR unificado), estabelecendo: a) Primeira linha: composta por empregados, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos. b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros, que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos. c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A Gestão de Riscos no GRUPO MAPFRE Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de riscos, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk - VaR*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos, são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de Cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes Órgãos de Governança: • **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no país, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando aos melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente; • **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; • **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos corporativos, e ainda desenvolver e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da Companhia; • **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as empresas do GRUPO MAPFRE no que diz respeito à alocação dos investimentos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessora o desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e • **Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm, em seus regulamentos, a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** Para os títulos de capitalização as premissas são baseadas nas experiências atuariais da carteira para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em: • Risco de sorteio, que implica na possibilidade de a Companhia pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas. • Risco de persistência ou comportamento, que implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título. A Administração avalia que a probabilidade de ocorrência desse tipo de risco é reduzida uma vez que, comportamento de inadimplência é mais acentuada na modalidade "popular" onde a Companhia não opera. • Risco de despesas administrativas, onde a Companhia tem que arcar com despesas em séries não comercializadas em sua totalidade. Atualmente esse tipo de risco é gerenciado no momento do lançamento da série, onde a Companhia realiza um estudo preliminar de viabilidade, que indica o número mínimo de cotas a serem comercializadas para a Companhia não ter prejuízos com despesas administrativas. • Risco de garantir a rentabilidade predefinida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A Companhia gerencia esse tipo de risco determinando parâmetros mínimos de rentabilidade estipulados para o gestor dos recursos, sendo a rentabilidade monitorada periodicamente e discutida nas reuniões do Comitê de Investimentos. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos; é realizado tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos, que compartilham riscos similares, levam em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. A Administração entende que, no que se refere às operações de capitalização, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera apenas com pagamento único. **Gerenciamento ao risco de crédito:** Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do GRUPO MAPFRE, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Risco de Crédito e submete aos comitês competentes, periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais.

	2023		2022	
	AAA Sem rating	Total	AAA Sem rating	Total
Títulos públicos de renda fixa (*)	194.588	194.588	196.237	196.237
Caixa/contas a pagar/receber	-	(4)	(4)	(10)
Total	194.588	(4)	196.237	(10)

(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 25.178 (R\$ 37.887 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress de mercado. Os testes realizados levam em consideração cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** A Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, estabelece novo critério para o Risco de Liquidez, devendo cada empresa desenvolver metodologia específica para cálculo, com implementação obrigatória a partir de dezembro de 2021. A metodologia utilizada pela Companhia está baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data-base do cálculo. Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de prêmios e contribuições utilizadas nas projeções, considera os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir. Fator este com revisão periódica. A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho. As ações para o atingimento de cada faixa, seguem o estabelecido nos normativos internos.

Nível - Risco de liquidez	Cumprimento total
>= 100%	Zona Verde
< 100% - 90%	Zona Amarela
< 90% - 30%	Zona Vermelha
< 30%	

	2023	2022
Provisão a cobrir (nota 13) (a)	157.639	157.639
Ativos garantidores (nota 13) (b)	195.283	195.283
Fator de risco de liquidez (c)	1,00%	1,00%
Risco de liquidez (d)=(a)/(c)	1,578	1,578
Verde	158	158
Amarelo	945	945
Vermelho	473	473
Provisão a cobrir + risco de liquidez (e)=(a)+(d)	159.215	159.215
Índice de liquidez (b)/(e)	1,23	1,23
Suficiência (b)-(e)	36.068	36.068

Classificação do nível de liquidez **Cumprimento total**
 Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de capitalização, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam os mesmos. Para estimar os fluxos de caixa dos ativos foram utilizadas as suas taxas contratadas, levando-se em consideração as características de papel e o cenário macroeconômico vigente. O passivo foi calculado por meio de premissas atuariais de acordo com as características de cada produto. Não obstante a Companhia apresentar liquidez negativa na distribuição das faixas dos *agings* do ativo e do passivo e resultado negativo no capital circulante líquido, como estratégia, mantêm aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado, que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e geração de fluxos de caixa positivos nas operações.

	2023	2022
Fluxo até 1 ano	118.425	54.284
Fluxo de 1 a 5 anos	73.291	97.385
Fluxo acima de 5 anos	3.567	-
Total	195.283	151.669

(*) O fluxo dos ativos é composto por títulos públicos e estão classificados, em sua totalidade nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado e, em eventual necessidade de liquidez, podem ser utilizados para cobrir possíveis necessidades de caixa. (**) O fluxo dos passivos considerou a projeção de sorteios, de despesas administrativas, resgates concedidos a pagar e das provisões matemáticas e de distribuição de bônus e consideram a avaliação do ALM - *Asset Liability Management*. **Risco de mercado:** Risco de mercado representa alterações nos preços de ativos financeiros, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, que afetam os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento

de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições desses ativos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda. com base em cenários de stress. *Duration* e com a metodologia de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration*. O modelo de *VaR* é aplicado à carteira da Companhia, utilizando-se de *VaR* paramétrico, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 (um) dia útil. Considerado o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 (um) dia é de 78 (363 em 31 de dezembro de 2022) frente a um patrimônio de R\$ 195.943 (R\$ 202.150 em 31 de dezembro de 2022) contemplando as carteiras administradas e os fundos a valor de curva. A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às carteiras administradas e aos fundos dos quais mantêm participação. O prazo médio apresentado é de 1,37 ano (1,45 ano em 31 de dezembro de 2022) e está de acordo com as diretrizes do GRUPO MAPFRE, sendo revisado, anualmente, pelo Comitê de Investimentos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de riscos aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i*. Taxa de juros; e *ii*. Cupons de títulos indexados a índices de inflação nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. A Companhia não resgata antecipadamente os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, mesmo assim, os títulos classificados nessa categoria foram mantidos para cálculo da análise de sensibilidade. A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro considerado a valor justo de R\$ 195.283 (R\$ 196.673 em 31 de dezembro de 2022), incluindo operações compromissadas.

	2023
Impacto no patrimônio líquido/resultado (bruto de impostos)	

Fator de risco
 Taxa de juros e cupons
 a) Elevação de taxas (2.522)
 b) Redução de taxas 2.681

Parâmetros: 100 (cem) *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes.
Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A avaliação do risco operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, por meio dessa ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • Desenvolvimento de Planos de Continuidade de Negócios - PCN; • Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e • Padrões éticos. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mapeamento de processos com a identificação de riscos e controles, os quais, são geridos dentro de uma Matriz Única de Riscos e Controles que apresenta o retrato dos processos quando aos principais riscos expostos e controles existentes. Outro mecanismo de avaliação se refere à avaliação de *Compliance* realizada para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela intobservância, violação ou não conformidade com as normas dos órgãos reguladores e instruções internas (políticas, normativos e procedimentos). A Área de Gerenciamento de Riscos coordena o processo anual de Identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório. Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da organização que possam antecipar ou dar sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a entidade está exposta. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de

5. APLICAÇÕES

a) **Composição por prazo, por título e por nível hierárquico:** Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos.

Nível de hierarquia a valor justo	Vencimento										Total		
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil (D)	Valor de curva (E = A + B + C + D)	Valor justo (G)	Ajuste ao valor justo (G - F)	2023 (%)	2022 (%)			
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(G - F)	(E)	(H)			
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	25.178	50.537	-	(4)	75.711	75.697	75.711	14	75.711	39%	89.656	46%	
Fundos de investimentos	25.178	50.537	-	(4)	75.711	75.697	75.711	14	75.711	100%	89.656	100%	
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	-	50.537	-	-	50.537	50.523	50.537	14	50.537	67%	51.779	58%
Operações compromissadas (*)	2	25.178	-	-	25.178	25.178	25.178	-	25.178	33%	37.887	42%	
Caixa/contas a pagar/receber	2	-	-	(4)	(4)	(4)	(4)	-	(4)	0%	(10)	0%	
Ativos financeiros disponíveis para venda	93.251	22.754	-	-	116.005	117.378	116.005	(1.373)	116.005	60%	103.358	52%	
Carteira administrada	93.251	22.754	-	-	116.005	117.378	116.005	(1.373)	116.005	100%	103.358	100%	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	22.754	-	22.754	24.120	22.754	(1.366)	22.754	20%	20.988	20%	
Letras do tesouro nacional - LTN	1	93.251	-	-	93.251	93.258	93.251	(7)	93.251	80%	82.360	80%	
Ativos mantidos até o vencimento	-	-	-	2.868	2.868	2.868	3.567	699	2.868	1%	3.213	2%	
Fundos de investimentos	-	-	-	2.868	2.868	2.868	3.567	699	2.868	100%	3.213	100%	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	-	2.868	2.868	2.868	3.567	699	2.868	100%	3.033	94%	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	180	6%	
Total	118.429	73.291	2.868	(4)	194.584	195.943	195.283	(660)	194.584	100%	196.227	100%	

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) **Hierarquia de valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia se baseia em dados de mercado, tanto quanto for possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período. c) **Determinação do valor justo:** Os valores justos das aplicações em fundos de investimento são obtidos a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda de (1) um dia com uma taxa prefixada na data da emissão da operação. Os títulos públicos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. O valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação.

d) Taxa de juros contratada

	2023		2022	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	10,07%	10,07%	10,07%	10,05%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	7,50%	7,35%	7,50%	7,35%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	7,34%	7,34%	10,60%	7,33%
Operações compromissadas (*)	11,62%	11,62%	13,62%	13,62%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

e) Movimentação das aplicações

	2022	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	2023
Valor justo por meio do resultado	89.656	59.392	(83.618)	-	10.281	75.711
Disponíveis para venda	103.358	-	(2.107)	4.655	10.099	116.005
Mantidos até o vencimento (*)	3.213	-	(389)	-	44	2.868
Total	196.227	59.392	(86.114)	4.655	20.424	194.584

	2021	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	2022
Valor justo por meio do resultado	85.825	58.702	(66.573)	-	11.702	89.656
Disponíveis para venda	97.784	-	(2.409)	(1.747)	9.730	103.358
Mantidos até o vencimento (**)	4.034	-	-	-	(821)	3.213
Total	187.643	58.702	(68.982)	(1.747)	20.611	196.227

(*) Os resgates em mantidos até o vencimento ocorreram na data de vencimento dos títulos e ao recebimento de cupom. (**) Os rendimentos dos ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" apresentam saldo negativo, devido à redução na participação no fundo investido, motivado pela movimentação das demais categorias no qual esses ativos estão registrados.

12. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2023	2022
Saldo inicial	141.185	3.448
Constituição de provisão	143.089	-
Atualização monetária e juros sobre provisão técnica	10.292	67
Pagamento de títulos sorteados	-	-
Pagamento de resgates	-	(162.624)
Títulos cancelados	(4.453)	-
Constituição de despesas administrativas	-	-
Baixa de despesas administrativas	-	-
Baixa de sorteio decorrido	-	(16.998)
Transferência de provisão de resgates antecipados	(43.604)	43.604
Transferência de provisões de resgates vencidos	(119.838)	119.838
Transferência de provisão para distribuição de bônus	-	12
Decremento bônus	-	-
Recalculamos com penalidades	(3)	-
Saldo no final	126.668	4.345

	2023	2022
Saldo inicial	145.024	8.556
Constituição de provisão	161.464	-
Atualização monetária e juros	11.098	47
Pagamento de títulos sorteados	-	-
Pagamento de resgates	-	(171.149)
Títulos cancelados	(6.729)	-
Constituição de despesas administrativas	-	-
Baixa de despesas administrativas	-	-
Baixa de sorteio decorrido	-	(17.345)
Transferência de provisão de resgates antecipados	(47.447)	47.447
Transferência de provisões de resgates vencidos	(122.223)	122.223
Transferência de provisão para distribuição de bônus	-	16
Decremento bônus	-	-
Recalculamos com penalidades	(2)	-
Saldo final	141.185	3.448

riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. Com

MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

13. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2023	2022
Provisões técnicas	157.639	168.977
Total a ser coberto	157.639	168.977
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	75.711	89.656
Ativos financeiros disponíveis para venda	116.005	103.358
Ativos mantidos até o vencimento	3.567	3.659
Ativos garantidores (*)	195.283	196.673
Ativos livres	37.644	27.696

(*) Conforme Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, art. 84, § 2º, e alterações, para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros serão considerados pelo seu valor justo.

14. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

Natureza	Provisões judiciais	
	2023	2022
Cíveis	408	409
Total	408	409

b) Composição das ações judiciais de natureza fiscais e cíveis por probabilidade de perda

	2023			2022		
	Quantidade	Valor do risco	Valor da provisão	Quantidade	Valor do risco	Valor da provisão
Cíveis	18	594	408	22	622	409
Provável	10	408	408	9	409	409
Possível	8	186	-	13	213	-
Fiscais	1	1.235	-	1	907	-
Provável	1	1.235	-	1	907	-
Total	19	1.829	408	23	1.529	409

Cíveis - valores em risco decorrentes de processos judiciais excluídos os que não estejam relacionados às condições gerais dos produtos comercializados, incluindo danos morais (quando não relacionados à operação de capitalização). **Fiscais** - a Companhia possui discussão judicial tributária e, amparada por seus assessores jurídicos classifica a probabilidade de perda desta ação em "provável", "possível" e "remota", para fins de provisionamento contábil. Os valores em risco são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e para a data-base de 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui registro contábil de contingência uma vez que não houve avaliação de "provável" para as suas ações judiciais. **PIS/COFINS** - a Companhia discute judicialmente a base de cálculo de PIS/COFINS, com base na Lei nº 12.973/2014, de 13 de maio de 2014, com o entendimento de que a incidência de referidos tributos se dá apenas sobre quotas de carregamento de títulos de capitalização. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. A probabilidade de perda classificada como possível, no montante de R\$ 1.235 (R\$ 907 em 31 de dezembro de 2022).

c) Movimentação

	2023	Cíveis 2022
Saldo inicial	409	396
Constituições/Reversões	18	23
Pagamentos	(77)	(73)
Atualização monetária	58	63
Saldo final	408	409

	2023	2022
c) Variação das provisões técnicas	85	(14)
Provisão administrativa	78	(23)
Provisão para distribuição de bônus	(1)	(4)
Provisão complementar de sorteios	8	13
d) Resultado com sorteio	(16.370)	(17.290)
Variação da provisão de sorteios a realizar	32	(59)
Variação da provisão de sorteios a pagar	(16.402)	(17.231)
e) Custos de aquisição	(4.980)	(5.144)
Comissões	(4.595)	(4.882)
Outros custos	(385)	(262)
f) Outras receitas e despesas operacionais	(68)	(98)
Outras receitas operacionais	15	44
Outras despesas operacionais	(83)	(142)
g) Despesas administrativas	(7.371)	(8.441)
Pessoal próprio	(1.445)	(3.328)
Serviços de terceiros	(1.818)	(1.735)
Localização e funcionamento	(593)	(442)
Depreciações e amortizações	(266)	(258)
Publicidade e publicações	(129)	(137)
Outras despesas administrativas	(3.120)	(2.541)
h) Despesas com tributos	(2.196)	(1.206)
COFINS	(697)	(709)
PIS	(113)	(115)
Taxa de fiscalização	(334)	(334)
Outros	(1.052)	(1.735)
i) Resultado financeiro	9.467	9.252
Receitas financeiras	20.516	20.703
Juros sobre os ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	10.281	11.702
Juros sobre os ativos financeiros disponíveis para venda	10.099	9.730
Juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento	44	(821)
Outras receitas financeiras eventuais	92	92
Despesas financeiras	(11.049)	(11.451)
Despesas financeiras com provisões técnicas	(10.766)	(11.219)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(58)	(63)
Outras despesas financeiras	(225)	(169)

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	2023	2022
Imposto social sobre o lucro líquido	10.138	10.461
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido às alíquotas vigentes	(2.511)	(1.521)
Diferenças temporárias	(400)	(240)
Diferenças permanentes	(69)	(41)
Deduções incentivadas	268	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido correntes	(2.712)	(1.802)
Constituição/(reversão) créditos tributários	400	240
Efeito do aumento da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido	-	-
Outros ajustes	-	1
Despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(2.312)	(1.562)
Alíquota efetiva (%)	23%	15%

b) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos e tributos a recuperar

	2022	Constituições	Reversões	2023
Ativo	3.442	516	(1.483)	2.475
Tributos a compensar	1.393	516	(1.476)	433
Tributos retidos na fonte	2.049	-	(7)	2.042
Total ativo circulante	3.442	516	(1.483)	2.475
Ativo e passivo				
Diferenças temporárias:				
Ajustes de títulos a valor justo TVM	2.411	-	(1.862)	549
Contingências cíveis	164	21	(22)	163
Provisão para participação nos lucros	747	641	-	1.388
Total ativo e passivo não circulante	3.322	662	(1.884)	2.100

	2021	Constituições	Reversões	2022
Ativo	1.499	205	(311)	1.393
Tributos a compensar	1.499	205	(311)	1.393
Tributos retidos na fonte	2.197	2.062	(2.210)	2.049
Total ativo circulante	3.696	2.267	(2.521)	3.442

Ativo e passivo
Diferenças temporárias:
Ajustes de títulos a valor justo TVM
Contingências cíveis
Provisão para participação nos lucros
Total ativo e passivo não circulante

18. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona diretamente aos seus colaboradores um plano de previdência complementar, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas no exercício totalizaram R\$ 212 (R\$ 194 em 31 de dezembro de 2022).

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Companhia empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, o Conglomerado Banco do Brasil S.A., seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

	Ativo	Pas-sivo	Re-celta	2023			Pas-sivo	Re-celta	Des-pesa
				Ativo	Des-pesa	Des-pesa			
Brasilseg Companhia de Seguros (2)	ligada	-	2	6	(4)	-	-	-	
MAC Investimentos S.A. (1)	ligada	3	-	29	-	3	-	17	
MAPFRE	Empresa								
Assistência Ltda. (1)	ligada	41	32	547	(141)	17	6	171	
MAPFRE Brasil	Acionista								
Participações S.A. (1)	indireta	-	21	-	(130)	-	24	37	
MAPFRE	Empresa								
Investimentos Ltda. (1)	ligada	14	38	137	(93)	11	-	59	
MAPFRE Investimentos e Participações (1)	Empresa								
MAPFRE	ligada								
Participações S.A. (3)	Acionista								
MAPFRE	ligada	-	1.487	-	-	-	1.498	-	
MAPFRE	Empresa								
Previdência S.A. (1)	ligada	-	44	-	(717)	9	-	95	
MAPFRE	Empresa								
MAPFRE Saúde Ltda. (1)	ligada	-	-	-	-	-	5	36	
MAPFRE	Empresa								
Seguros Gerais S.A. (1)/(2)	ligada	3.278	13.385	71.657	(23.200)	3.063	13.645	58.904	
MAPFRE Tech (4)	ligada	-	14	-	-	-	-	-	
MAPFRE Vida S.A. (1)/(2)	ligada	297	290	8.050	(3.263)	157	599	7.952	
PROTENEG Corretora de Seguros Ltda. (1)	ligada	5	-	45	(3)	3	-	22	
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)	Empresa								
MAPFRE	ligada	2	15	31	80.471	(27.554)	3.268	15.776	
Total									

1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Empresa, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE. 2) Refere-se à venda de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros. 3) Refere-se à distribuição de dividendos. 4) Refere-se a sistemas de tecnologia. a) **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É estabelecida anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária a remuneração, os benefícios, os bônus e a participação nos lucros da Administração. Os montantes são pagos pelas empresas MAPFRE Seguros Gerais S.A., MAPFRE Brasil Participações S.A., MAPFRE Investimentos Ltda. e MS Participações Ltda. empresas do GRUPO MAPFRE.

	2023	2022
Honorários	17.724	16.439
Benefícios	6.522	9.488
Bônus e participação nos lucros	10.434	6.939
Total	34.680	32.866

A Companhia não tem como política pagar a empregados e Administradores remuneração baseada em ações.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria está instituído na empresa MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, tendo alcance sobre a Companhia. b) **Honorários de auditores independentes:** Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas da MAPFRE S.A. (ES).

DIRETORIA

FELIPE COSTA DA SILVEIRA NASCIMENTO ANTONIO CLEMENTE CAMPANÁRIO	DENIA DE MOURA FRANCISCO ENGENHO LABOURT	HUGO SÉRGIO DE ASSIS JÚNIOR IVAN PARASKEVOPOULOS SILVA	ORLANDO ELIECER IBARRA CAMPO RAPHAEL BAUER DE LIMA	ROBERTO JÚNIOR DE ANTONI SIMONE PEREIRA NEGRÃO
---	--	--	--	--

CONTADORA

	ATUÁRIA
TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0	VERA LUCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Participações S.A., é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto das demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias externa e interna. É constituído por 3 (três) membros efetivos independentes e está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos. O universo de atuação do Comitê compreende a instituição líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. Os administradores da empresa líder e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares. A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos. A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares. A KPMG Auditoria Atuarial Independente é responsável pela auditoria e emissão de parecer dos

Atuários Auditores Independentes das demonstrações financeiras das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação das provisões técnicas, dos sistemas de controles internos e do cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares. **Principais Atividades** O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles, auditorias interna e externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas. Nas reuniões de trabalho, com administradores, executivos e técnicos das diversas áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das demonstrações financeiras; ao sistema de controles internos; aos processos contábeis; aos critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos; ao processo de gestão de riscos; e aos relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos. Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações. Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis, os trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das empresas abrangidas.

Revisou as demonstrações financeiras, notas explicativas e o relatório da administração da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos. **Conclusões** Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que: a) A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade; b) As Auditorias Externas são efetivas e as informações por elas fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos; c) As demonstrações financeiras da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das empresas em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados. São Paulo, 27 de fevereiro de 2024. **Luiz Cláudio Ligabue** Coordenador **Edgar Jabbour** Membro Titular **Francisco Petros Oliveira Lima** **Pataphansiasidis** Membro Titular

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Conselheiros e Diretores da MAPFRE Capitalização S.A. São Paulo - SP
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para Opinião**
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria**
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Avaliação da mensuração da provisão matemática para resgates dos títulos de capitalização (PMC)**
Veja as Notas nºs 3(e) e 12 das demonstrações financeiras **Principal assunto de auditoria**
A Companhia mantém a provisão matemática de capitalização (PMC), relacionada ao resgate de títulos de capitalização, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. Para mensurar a referida provisão, a Companhia utiliza-se de percentuais definidos nas condições gerais dos produtos de capitalização, aplicados sobre os valores de arrecadações registrados no período, adicionado a incidência de juros e atualização monetária. Consideramos a avaliação da mensuração da Provisão Matemática de Capitalização (PMC), como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos no contexto das demonstrações financeiras. **Como auditoria endoreceu esse assunto**
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de parametrização do cálculo da PMC no sistema operacional de acordo com as condições gerais do produto, processo de aprovação e liquidação financeira dos resgates; (ii) confronto dos totais das bases analíticas de arrecadações emitidas e de resgates pagos no período, bem como dos montantes de atualização monetária e juros reconhecidos, com o fluxo de movimentação da PMC; (iii) recálculo da constituição da PMC conforme informações das condições gerais dos produtos de capitalização; (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas para capitalização, como valores de arrecadação emitidas e de resgates pagos.

por meio do confronto com as respectivas documentações suportes e comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e (v) avaliação se as demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões operacionais dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações finance